

REVISTA CIENTÍFICA RURAL

Revista Técnico-Científica

Volume 14 - Número 1
Abril 2012

BAGÉ - RS
EDITORA - EDIURCAMP

ISSN 1413-8263

Rev. Cient. Rural	BAGÉ - RS	v. 14 n. 1	ABRIL 2012
-------------------	-----------	------------	------------

AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR NO NORDESTE: O CASO DE LAGOA SECA EM SERGIPE

Dalva Maria da Mota¹; Heribert Schmitz²; Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues³

¹Doutora em Sociologia; Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Vice-coordenadora do Mestrado em Agriculturas Familiares/UFPa. Bolsista de Produtividade do CNPq; Trav. Dr. Enéas Pinheiro s/nº, Caixa Postal, 48 Belém, PA, Brasil, CEP 66095-100, E-mail: dalva@cpatu.embrapa.br; ²Doutor em Ciências Agrárias; Professor de Sociologia, Universidade Federal do Pará (UFPa); Bolsista de Produtividade do CNPq; ³Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Sergipe, Analista da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju,

SE

RESUMO: O artigo analisa a influência do Programa Fome Zero nas condições de reprodução social de um grupo de agricultores pela ótica das transformações e permanências no consumo e na produção de alimentos nos seus estabelecimentos num povoado situado no semi-árido sergipano. A hipótese central é que as principais mudanças se referem à ampliação da aquisição de alimentos e melhoria das condições de produção sem alteração da qualidade de nenhuma dessas práticas. A pesquisa foi realizada através de entrevistas e questionários com um grupo de 48 agricultores, dos quais 20 recebem o Bolsa Família, no decorrer do ano de 2005. Os principais resultados confirmam parcialmente a hipótese levantada e mostram que as transformações provocadas pelo Programa Fome Zero se restringem ao aumento da disponibilidade de alimentos para os mais pobres e acesso a outros bens para os demais.

Palavras-chave: Segurança alimentar, Agricultura familiar, Hábitos alimentares, Programa Fome Zero, Semi-árido.

FAMILY AGRICULTURE AND FOOD SAFETY IN NORTHEASTERN BRAZIL: THE LAGOA SECA CASE IN THE STATE OF SERGIPE

ABSTRACT: This article analyses the influence of the Federal Government Social Welfare Program “Fome Zero” over the social reproduction of a group of farmers through their transformations and maintenance in consume and food production in their establishments situated in a community in the Sergipe’s semi-arid zone. The central hypothesis is that the main changes refer to the increase in food access and the improvement in production conditions without altering the quality in any of these practices. The research was done through interviews and questionnaires with a group of 48 farmers, 20 of which were registered to receive another Federal Government Social Welfare called “Bolsa Família” during the year of 2005. The main results partially confirmed the hypothesis and show that the transformations due to the Federal Government Social Welfare Program “Fome Zero” are limited themselves to the increase of food access to the poorest, and to others, the opportunity to consume other non-basic products.

Keywords: Food Safety, Family Agriculture, Food Habits, Federal Government Social Welfare Program “Fome Zero”, Semi-arid.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre a segurança alimentar no espaço rural apontam a crescente importância desse tema no Brasil e no mundo (GUZMÁN, 2005). O debate extrapola a academia e se evidencia em políticas públicas, movimentos de consumidores e de produtores que reagem ao exagero da artificialização do uso dos recursos naturais na sociedade contemporânea. Em paralelo, no entanto, coexiste a tendência de substituição dos produtos fornecidos diretamente pela agricultura por produtos industrializados circulando em cadeias agroalimentares pouco transparentes, o que levou a vários escândalos associados à péssima qualidade de produtos, além da ampliação do uso de produtos geneticamente modificados por iniciativa da agroindústria (MONTEIRO et al., 2000).

No Brasil, nos últimos anos, existe uma política pública específica para promover a segurança alimentar dos mais pobres nos espaços rurais e urbanos, o Programa Fome Zero (PFZ). O PFZ foi a iniciativa mais discutida no início do Governo Lula sendo, para alguns, política assistencialista e, para outros, estratégia fundamental de melhoria das condições de vida de segmentos pauperizados da sociedade brasileira (FREI BETTO, 2004; NEUMANN, 2004).

O PFZ é uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil, cujas idéias centrais foram elaboradas nos interstícios do Instituto da Cidadania e apresentadas à sociedade brasileira no dia 16 de outubro de 2001, dia mundial da alimentação. Fundamentado nessas proposições, o Governo Federal criou o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), através do qual lançou o PFZ, no início do ano de 2003 como a sua principal política de inclusão social, englobando programas e ações anteriores e envolvendo diferentes ministérios e secretarias. Como diferencial de programas anteriores, o PFZ era composto por ações emergenciais e estruturantes, sendo as primeiras de caráter imediatista para assistir, a curto e médio prazo, à população mais carente através da disponibilidade de uma quantia em dinheiro para a aquisição de alimentos. Já as ações estruturantes visavam à geração de empregos e dinamização das economias locais (INSTITUTO DA CIDADANIA, 2001; MALUF, 2007; WEISSHEIMER, 2006; FREI BETTO, 2003).

O PFZ se integra hoje no programa federal Bolsa Família, que foi implementado em outubro de 2003 e que prevê a transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza (renda mensal por pessoa de R\$ 60,00 a 120,00) e de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). Um passo importante foi a unificação de todos os programas existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) em um único programa gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (WEISSHEIMER, 2006:25) .

Passados seis anos de implementação do PFZ, dados recentes mostram uma tendência de melhoria das condições de consumo dos habitantes do espaço rural, dentre outros, os agricultores familiares. No caso dos agricultores, o PFZ apresentou efeitos virtuosos, quer seja pela ampliação da capacidade de compra, quer seja pelo aumento da produção incentivada pela compra antecipada da mesma para a merenda escolar. Essa ampliação de possibilidades, no entanto, não deve ser automaticamente associada à melhoria da segurança alimentar, considerando que o debate vem mostrando que a relação entre produção e consumo passou por significativas transformações nas últimas décadas com tendência à especialização da produção (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007), quer dizer, à diminuição da diversidade das culturas no interior dos estabelecimentos familiares. Essa constatação põe em evidência a complexidade da segurança alimentar para os agricultores familiares.

Considerando essa problemática, o artigo analisa a influência do Programa Fome Zero nas condições de reprodução social de um grupo de agricultores, particularmente, pela ótica das transformações e permanências no consumo e na produção de alimentos nos seus estabelecimentos num povoado situado no semi-árido sergipano. A hipótese central é que as principais mudanças se referem à ampliação da aquisição de alimentos e melhoria das condições de produção sem alteração da qualidade de nenhuma dessas práticas.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira é discutida a noção de segurança alimentar para além da problemática da fome, destacando-se as mudanças recentes nos hábitos alimentares nos espaços rurais e urbanos. Na segunda parte, analisa-se a relação entre agricultura familiar e segurança alimentar, valorizando o papel desse segmento social na pro-

dução de alimentos para o mercado e para o auto-consumo, assim como a problemática da sua reprodução social num contexto de acirrada competitividade. Um estudo de caso é apresentado na terceira parte para demonstrar os efeitos da operacionalização do PFZ para um grupo de agricultores numa situação concreta.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas, constituídas de revisão de literatura, pesquisa de campo e sistematização e análise dos dados e informações. Na primeira, foram revisados estudos sobre segurança alimentar, agricultura familiar, PFZ, etc.

Para a pesquisa de campo foi selecionado o Município de Simão Dias-SE pelo fato de ali se concentrar em diferentes iniciativas do PFZ (minibibliotecas, compra antecipada da produção e escola digital). Preliminarmente, foram realizadas visitas exploratórias para o reconhecimento espacial e sensorial do campo de pesquisa e a seleção do povoado a ser pesquisado posteriormente. Os dados levantados durante essas visitas subsidiaram a escolha do povoado Lagoa Seca para a realização de um estudo de caso que permitisse visibilizar o desenvolvimento do PFZ através do programa Bolsa Família. A seleção desse povoado se deu também pelo fato da atividade agrícola ser caracterizada tanto por sistemas de produção diversificados como especializados (fumo). Isso significa que coexistem no mesmo povoado duas situações diferentes em relação à produção de alimentos.

A pesquisa de campo foi realizada através da aplicação de entrevistas estruturadas com 48 agricultores, dos quais 42% recebiam o Bolsa Família. Com estes últimos, foram também realizadas entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas estruturadas levantaram dados sobre a composição da família, características do estabelecimento, tipos de renda, formas de utilização de mão-de-obra, acesso e consumo dos alimentos, acesso a serviços, relação com o PFZ e outras políticas públicas, organização associativa e lazer. Através das entrevistas semi-estruturadas foram levantados os significados atribuídos pelas pessoas ao PFZ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segurança Alimentar

Segundo DWHH/AAA (2004:10), “a segurança alimentar é alcançada nacional, regional e domesticamente se for garantido o acesso físico, social e econômico a alimentos quantitativa e qualitativamente adequados e seguros para todos os homens em qualquer momento, a fim de permitir uma vida saudável e ativa. Para isso, é necessário que alimentos suficientes sejam disponibilizados, que todos os homens tenham acesso aos mesmos (segurança alimentar) e que o seu uso e aproveitamento adequados sejam garantidos (segurança nutricional)” (ver FAO, 1999, 2000). Neste sentido, o acesso pode ser garantido: 1) pela produção própria e o auto-consumo, 2) pela compra; ou 3) pela ajuda alimentar. SEN (2000) usa para este “...conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição ...” a expressão entitlement de uma pessoa. “Uma pessoa passa fome quando seu entitlement não inclui ... nenhum pacote de bens que contenha uma quantidade adequada de alimento” (SEN, 2000:54). É útil distinguir ainda entre segurança alimentar (food [supply and consumption] security) e segurança nutricional (nutrition security), pois o último termo destaca que as necessidades fisiológicas dos indivíduos são atendidos, não só pela “... quantidade, a qualidade e a higiene dos alimentos (inclusive da água para beber), a sua preparação, armazenamento e composição ...”, mas também que “... os alimentos podem ser bem aproveitados pelo corpo.” Isso quer dizer “...que a situação de saúde seja garantida, porque, principalmente, doenças infecciosas podem prejudicar significativamente a alimentação e o aproveitamento das substâncias nutritivas.” (DWHH/AAA, 2004:16). Assim, pretende-se evitar a fome, que pode ser entendida como insegurança alimentar e subnutrição através da segurança nutricional.

O Brasil encontra-se no grupo de países no qual o problema da insegurança alimentar e da subnutrição aparece apenas moderadamente e é mais ligado a determinados grupos e regiões. O problema não tem uma única causa e uma única solução. Pode-se mencionar uma série de possíveis causas como: “... baixo poder aquisitivo, deficiência de meios

de produção para uma produção agrícola suficiente, falta de acesso a serviços básicos (extensão rural, saúde, educação), alta densidade populacional, gestão não sustentável dos recursos naturais devido a necessidades de curto prazo e a falta de participação nas decisões políticas” (DWHH/AAA, 2004:24). Insegurança alimentar e pobreza podem resultar em uso prejudicial dos recursos naturais.

Apesar de ser um tema que consta nas pautas das discussões internacionais há mais de 50 anos, a problemática da segurança alimentar emerge timidamente no Brasil somente nos anos 80, tendo como conteúdo central a falta de produção agrícola (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2000). Ainda nos anos 90, segundo os autores, o debate sofreu mudanças substantivas e outras variáveis foram incorporadas, como acesso aos alimentos, renda, poder aquisitivo, qualidade nutricional, sanidade, dentre outros temas. Na prática, políticas específicas para esse fim se implantaram no Brasil somente a partir de 2003, quando o Governo Lula criou um Ministério Extraordinário de Combate a Fome e Segurança Alimentar (MESA) que abrigava o Programa Fome Zero, com o objetivo central de promover a segurança alimentar e nutricional de todos os brasileiros em situação de insegurança alimentar. A priori, em caráter emergencial, tratava-se de uma iniciativa de disponibilização de uma quantia em dinheiro para combater a fome, um dos requisitos essenciais a uma política de segurança alimentar, mas não suficiente como mostra o debate, no qual a disponibilidade contínua aos alimentos (autoprodução ou importação nos diferentes momentos e devida estocagem ou armazenamento pelo estado) e acessibilidade (acesso aos diferentes tipos de alimentos, seja pela produção ou compra) são imprescindíveis numa política dessa natureza. Nesse sentido, concordamos com Abramovay (2008) que “o mais importante é criar condições para que os que vivem em situação de pobreza absoluta conquistem o direito de produzir a sua própria alimentação”, imperativo que se coloca para os produtores de base familiar no espaço rural.

Outras condições essenciais para a garantia de segurança alimentar têm sido incorporadas mais recentemente ao debate, tais como a qualidade dos alimentos e sua sanidade (alimentos de boa qualidade, isentos de produtos químicos ou nocivos à saúde e em condições de maturação adequadas); o respeito aos hábitos e à cultura alimentar (as preferências

alimentares constituídas historicamente em harmonia com as condições ambientais e sociais devem ser consideradas sem descuidar dos hábitos alimentares saudáveis); a adequação da utilização (preparação e consumo em refeições equilibradas de modo que o aproveitamento biológico seja total); a disponibilidade e qualidade da água para beber e utilizar no preparo de alimentos; e a sustentabilidade do sistema alimentar (preocupação para que as condições presentes de produção sejam garantidas no futuro).

O principal expoente deste debate no Brasil, Maluf (2007), chama a atenção para os aspectos culturais construídos e manifestados no ato de se alimentar enquanto “ingrediente” a ser considerado na pauta de discussões e de políticas sobre a segurança alimentar e nutricional. Corroborando com essa compreensão, Mintz (2001) afirma que as “nossas atitudes em relação à comida são normalmente aprendidas cedo e são, em geral, inculcadas por adultos afetivamente poderosos, o que confere ao nosso comportamento um poder sentimental duradouro” influenciado por valores e símbolos que são, muitas vezes, atualizados em contextos externos àqueles nos quais foram gerados.

Mintz (2001) já havia indicado que os hábitos alimentares podem mudar inteiramente, quando as pessoas crescem, mas a memória e o peso do primeiro aprendizado alimentar e algumas das formas sociais aprendidas através dela permanecem, talvez para sempre, nas suas consciências. Mesmo que concordemos com o autor, tem havido uma difusão sem precedentes de alimentos, transformação e aquisição de hábitos de consumo pelo mundo, tanto pela maior oferta como pela facilidade de aquisição (disseminação de supermercados e lanchonetes, por exemplo) em atendimento aos apelos da publicidade que de forma persuasiva incute com muita rapidez novas sugestões de consumo independentes da qualidade dos alimentos.

Assim, novos conceitos de refeição estão sendo experimentados, a exemplo dos hambúrgueres em todos os continentes, dos alimentos industrializados de fácil preparo (disponíveis nos supermercados, nas pequenas mercearias e nas feiras) e da substituição da refeição por lanches (refrigerante e um salgadinho ou sanduíche). O crescimento do mercado de refeições prontas tem trazido mudanças nas relações entre produtores e consumidores, cada vez mais intermediadas pelos diferentes tipos de for-

necedores que buscam inovar continuamente para atrair pela novidade e pela rapidez dos processos, inclusive, encurtando o tempo entre a preparação e a ingestão das refeições (“só esquentar no forno microondas”), ideal para o número crescente de pessoas que vivem sozinhas e não querem “perder tempo” numa vida dominada pelas exigências do mercado de trabalho. Em geral, a bebida, como água, é substituída pelos refrigerantes, a exemplo da difusão global da Coca Cola, o que significa a ingerência de grandes quantidades de açúcar (apesar de uma parte do segmento seja hoje de tipo diet). Tudo isso tem conseqüências diretas na segurança alimentar, seja pela transformação das dietas e dos hábitos, seja pelas transformações da sociabilidade com conseqüências no ato de comer enquanto um evento social.

Essas mudanças de hábitos alimentares são fruto da diversificação da oferta e dos efeitos da propaganda em função da mercantilização dos alimentos, da agroindustrialização e da predominância dos interesses das grandes companhias capitalistas do setor de alimentos e bebidas.

Em se tratando de segurança alimentar ter acesso aos alimentos, quer seja pela compra ou pela auto-produção ou por outros mecanismos de distribuição, por exemplo, ajuda alimentar, não significa consumir os alimentos corretos, nem adequados. Apesar da existência, no Brasil, de segmentos da população em que o acesso a alimentos não é contínuo e não tem como padrão regular de pelo menos três refeições (MONTEIRO et al., 2004), cada dia fica mais patente que a causa do problema não é a falta de alimentos no mercado (HOFFMAN, 1995). Aliás, Guzmán (2005) afirma que a essência do problema está na desigual distribuição da riqueza.

Mesmo que o acesso aos alimentos seja garantido, isso nem sempre significa segurança alimentar e nutricional, uma vez que a qualidade dos alimentos atende muito mais aos requisitos da produtividade, do lucro e da utilização de tecnologias, cujos efeitos, muitas vezes, são desconhecidos no tocante à saúde humana. A rastreabilidade dos produtos, introduzida em atendimento à pressão dos consumidores depois de acontecimentos como a “vaca louca”, não tem evitado contaminações posteriores de rações na Europa. A separação entre os diversos elos das cadeias agroalimentares (p.ex., produção da alimentação para animais em países diferentes daqueles em que os animais são criados) dificulta a ação organizada dos con-

sumidores e o controle do Estado, pondo em risco a segurança alimentar. Recentemente, no entanto, inúmeras tentativas de controle e melhoria da produção estão em prática, a exemplo da Produção Integrada de Frutas (PIF) no Brasil (MOTA; FONTES, 2004).

Agricultura familiar e segurança alimentar

Segundo WANDERLEY (1997:10), “a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”. O agricultor familiar é, ao mesmo tempo, proprietário dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. O fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Com intuito operacional, Guanzioli et al. (2001:50), após vários anos de debate, afirmam que a agricultura familiar pode ser caracterizada da seguinte forma: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. No âmbito da agricultura familiar pode ser incorporada toda a população agrária que administra um estabelecimento agrícola e nele trabalha juntamente com a sua família, como os assentados, agricultores de subsistência, agricultores integrados, arrendatários, posseiros, meeiros, colonos.

Devido à ausência de dados atuais tratados de maneira que mostre a evolução da agricultura familiar, a análise baseia-se nos dados apresentados por Guanzioli et al. (2001) a partir do levantamento no Censo 1995/96 (SCHMITZ; MOTA, 2007). A agricultura familiar no Brasil, com 4.139.369 estabelecimentos (85,2% de todos os estabelecimentos rurais), tem papel de destaque na produção de produtos fundamentais na composição da dieta dos brasileiros, como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1. Participação da agricultura familiar na produção de alimentos.

Produto	Participação no total produzido	
	Brasil (%)	Nordeste (%)
Arroz	30,0	70,3
Feijão	67,2	79,9
Mandioca	83,9	82,4
Milho	48,6	65,5

Fonte: GUANZIROLI et al. (2001:70-71)

Destaca-se ainda na produção de aves, suínos, frutas, hortaliças e produtos lácteos que circulam dos mercados locais aos internacionais.

“A agricultura familiar é a principal fonte de ocupação de força de trabalho no meio rural brasileiro” (GUANZIROLI et al., 2001:63). Os 13,8 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar representam 76,9% dos empregados na agricultura brasileira ou 18,8% da população economicamente ativa. Na região Nordeste, 82,9% da força de trabalho na agricultura está ocupada na agricultura familiar (GUANZIROLI et al., 2001:63).

Estes dados demonstram que a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação não apenas no meio rural, mas também no conjunto da economia nacional. Apesar da sua importância econômica, entre outros, para a produção de alimentos e produtos básicos para o setor de transformação, os valores da renda são baixos e descontínuos, especialmente na região Nordeste.

A renda média total por estabelecimento familiar no Brasil é de R\$ 2.717 por ano (estabelecimentos patronais R\$ 19.085), resultando em uma média de R\$ 104 por ha (estabelecimentos patronais R\$ 44 / ha). Neste cálculo é incluído o consumo da família. Na região Nordeste, a renda total por estabelecimento familiar é de R\$ 1.159, sendo a renda monetária de R\$ 696. A renda mensal total per capita (sob a suposição de três unidades de trabalho familiar por estabelecimento) é R\$ 32. Calculando de maneira favorável à agricultura familiar considerando um mês de 21 dias de trabalho de um diarista, chegamos à conclusão que a renda mensal fica muito a baixo dos custos de oportunidade de aproximadamente a R\$ 100 (diária média nos Estados do Nordeste era de R\$ 4,73 na época do estudo, equivalente a 4,73 US \$).

Não obstante a crescente atenção do governo e das Organizações Não Governamentais (ONGs) à agricultura familiar no Brasil, a heterogeneidade das condições de reprodução social dos agricultores é profunda, com a pobreza marcando o cotidiano de muitas destas famílias em decorrência, dentre outros, da transferência de renda para setores não-agrícolas (HAYAMI; RUTTAN, 1985; ABRAMOVAY, 1992), da atomização da categoria como ator no mercado e das dificuldades de organizar a ação coletiva. Por outro lado, é imperceptível a dimensão da produção para autoconsumo (MALUF, s.d.), reconhecidamente, um importante instrumento

de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil, muitas vezes tratada como sinônimo de atraso pelos adeptos da modernização fundada na especialização produtiva.

Maluf et al. (s.d.) afirmam que não é somente pela oferta de bens (produtos agrícolas, artesanato), serviços (turismo, assalariamento) e venda de trabalho que se constitui a relação dos agricultores familiares com a sociedade, pois ela abrange um conjunto de outras funções como a preservação da paisagem, a diversidade agrobiológica, a herança cultural e a própria segurança alimentar.

Mesmo com todo o reconhecimento da importância da agricultura familiar para o debate da segurança alimentar, duas questões sobressaem: 1) a situação de insegurança alimentar persiste e, paradoxalmente, 2) as atividades produtivas têm novo impulso juntamente com o acesso a serviços no espaço rural com a possibilidade de diversificação das atividades e das ocupações.

Em relação à primeira questão, cada vez mais, o espaço rural é lugar de múltiplas atividades e intercâmbios em que diferentes iniciativas agrícolas e não-agrícolas se desenvolvem. Paralelamente, aumentaram as possibilidades de membros da família se dividirem entre o estabelecimento, prestação de serviços e migração para espaços urbanos e rurais para trabalhar, estudar ou mesmo ter lazer. Por outro lado, proliferam arranjos e parcerias que incidem diretamente na menor diversificação das culturas e, conseqüentemente, na redução da produção para o autoconsumo.

Quanto à segunda questão, a intensificação do trânsito entre os espaços rurais e urbanos implica na adoção de hábitos alimentares novos que terminam por influenciar a família. A novidade de uma nova receita de massa ou de um alimento pronto é muito atrativa e simbólica. A literatura tem chamado a atenção para o fato das migrações serem consideradas umas das principais formas de difusão de hábitos alimentares com conseqüência na segurança alimentar (MINTZ, 2001).

Observando os dados quanto à participação da agricultura familiar na produção de alimentos, três aspectos chamam a atenção: o primeiro é o reconhecimento de que a disponibilidade de renda é um fator relevante para a segurança alimentar, porque através dela pode se dar o acesso adequado aos alimentos considerando que “a capacidade de adquirir alimentos, por sua vez, impactaria a produção e o consumo” (MALUF et al.,

s.d.).

O segundo é que a produção para o auto-consumo é também de extrema relevância, tanto por aproveitar o potencial de trabalho da família, quanto pela garantia de produção de alimentos saudáveis em processos dominados pela família, em que referências culturais e de trabalho são socializadas, assim como, internalizados papéis. O terceiro é o acesso a condições de produção como uma das importantes premissas para a conservação dos recursos naturais, porque da insegurança alimentar e da pobreza resultam, em muitos lugares, um uso depredador dos recursos naturais que visa à satisfação de necessidades a curto prazo. Assim, a destruição das próprias bases de produção a médio e longo prazo, muitas vezes, se dá por falta de alternativas e também de conhecimentos das conseqüências.

No espaço rural, quer seja nos espaços de assalariamento, quer seja nos estabelecimentos familiares, as mulheres têm um papel importante na produção de alimentos, na gestão de recursos naturais, na geração de renda e na assistência a suas famílias. Porém, freqüentemente, as mulheres têm um acesso e um controle limitados sobre terra, educação, crédito, informação, tecnologia e fóruns de decisão. Assim, por um lado, podem mobilizar seu potencial para a segurança alimentar apenas de maneira insuficiente e, muitas vezes, são também atingidas pela insegurança alimentar, isso é, por diferentes formas de desnutrição, especialmente, deficiência de ferro, aumento insuficiente de peso durante a gestação e subnutrição durante o aleitamento.

Mas se a ocupação assalariada condiciona as mulheres a práticas de preparação dos alimentos específicas, a falta de acesso aos recursos para a produção de alguns itens do consumo as tornam dependentes da compra e da oferta local num mercado caracterizado por um maior dinamismo nos dias próximos ao recebimento dos salários, aposentadorias e Bolsa Família. Isso evidencia um acesso irregular aos alimentos ao longo do mês, denotando que mudanças estão em curso também naquele espaço, mesmo que as refeições sejam preparadas em casa. Segundo dados do IBGE (2007), o grupo alimentos preparados alcança na área urbana um percentual de uso 359% maior que na rural. Mesmo assim, mudanças estão acontecendo naquele espaço. A diversificação das atividades e o trânsito dos que continuamente vão e voltam em busca de trabalho, lazer ou visitas familiares têm provocado uma reconfiguração ocupacional com conseqüências nos

papéis ocupados pelas pessoas no grupo familiar, redefinindo relações que, de alguma forma, interferem nos hábitos alimentares e estilos de vida das famílias e no acesso aos recursos. Exemplo disso pode ser visto em Sergipe, onde as mulheres que trabalham irregularmente num grande projeto de irrigação, ao saírem de casa, às seis horas da manhã, deixam preparado o almoço das crianças, em muitos casos, sem feijão, pela falta de tempo para preparar (MOTA, 2005); o macarrão e o arroz predominam. Elas afirmam que, quando passam o dia todo em casa, preparam feijão, mas as crianças já começam a preferir as massas pela força do hábito.

Para aqueles que possuem acesso à terra, no entanto, é mais frequente a disponibilidade de algum tipo de alimento, particularmente, nos quintais sob a responsabilidade das mulheres (frutas, verduras, legumes).

Mesmo que centrada na produção e consumo de um grupo específico, a nossa análise parte do pressuposto de que a renda é apenas um dos aspectos a ser considerado numa reflexão sobre segurança alimentar. As possibilidades de acesso aos meios de produção e insumos (HOFFMAN, 1995) e o papel que cumpre a produção para o auto-consumo, também devem ser considerados. É importante superar a noção de segurança alimentar como associada exclusivamente à fome, mas sem considerar as doenças causadas pela devastação ambiental, uso indiscriminado de agroquímicos, má qualidade da água e dos alimentos, além de mudanças no consumo alimentar com aumento do fornecimento de energia pela dieta e redução da atividade física conformando um “estilo de vida ocidental contemporâneo” (MONTEIRO et al., 2004).

ESTUDO DE CASO: PFZ EM LAGOA SECA

O Município de Simão Dias se localiza no Sudoeste sergipano a 100km de Aracaju, capital do Estado. Tem uma população de aproximadamente 35 mil habitantes (CINFORM, 2002). Desde o processo de ocupação, a agricultura e a pecuária são as atividades predominantes (MOTA; GOMES, 2005; ANDRADE, 1986). Autores afirmam que “o gado ia, onde a roça não tinha condições de chegar” (SANTOS; ANDRADE, 1992). Na última década, o município tem se destacado como um dos principais produtores de milho da região.

No povoado Lagoa Seca não foi diferente, muito embora no decor-

rer dos anos tenha havido um importante processo de fragmentação das propriedades. Inicialmente, por herança e venda, já que herdeiros situados em outros contextos vendiam as parcelas que herdaram (RODRIGUES, 2007). Não obstante a fragmentação dos estabelecimentos, cujo tamanho médio é de 4ha, prevalecem ali dois tipos de sistemas de produção: 1) diversificados para 40% dos entrevistados que cultivam em consórcio fumo e culturas alimentares (milho, feijão e mandioca) e 2) monocultivo de fumo por 60%. Analisando os sistemas de produção em uso, observa-se que a noção do autoconsumo influencia a matriz produtiva de 40% dos estabelecimentos, particularmente daqueles cujos recursos naturais são mais restritivos (relevo ondulado). Todas as culturas alimentares desse primeiro grupo se destinam ao consumo, sendo que o milho (grãos) e a mandioca (farinha) atendem às necessidades das famílias, enquanto o feijão supre apenas parte destas necessidades.

Os entrevistados afirmam que, até os anos 70, a policultura era mais exercitada, sendo a sua diminuição diretamente associada à especialização pela expansão da cultura do fumo na região. Em se tratando da produção exclusivamente para o mercado, o fumo ocupa lugar de destaque por ser lucrativo em pequenas áreas, por empregar expressivo número de pessoas e por ter mercado estruturado. Ali são gerados 84% dos postos de trabalho temporários em processos completamente manuais. Entretanto, apenas 37% dos produtores dispõem de capital suficiente para contratação temporária de mão-de-obra e alguns utilizam o trabalho solidário (dias de trabalho intercambiados entre um estabelecimento e outro) entre parentes e vizinhos. Essa prática reforça laços de coesão social e a transmissão de saberes por partilhar de uma mesma experiência pessoas de idades e gerações diferenciadas segundo uma divisão social do trabalho construída ao longo dos anos mas sob atualização permanente.

Em se tratando do autoconsumo, os entrevistados afirmam que há um investimento desproporcional em termos de trabalho e insumos entre a cultura comercial (fumo) e as culturas alimentares (milho, feijão e mandioca). Nos estabelecimentos menores, as melhores áreas têm sido exploradas intensivamente com a primeira, ficando as áreas marginais para as culturas alimentares. Se por um lado, o fumo tem mercado garantido, por outro, a autonomia possibilitada pela produção para autoconsumo frente às variações de mercado arrefece. A dependência do mercado de alimen-

tos aumenta, inclusive, com a subordinação às condições de troca impostas por um número limitado de atores no mercado local. Na esteira dessa transformação, se desestruturaram práticas de trocas de serviços, se perdem experiências advindas da policultura e se consomem produtos de origem desconhecida segundo a disponibilidade de dinheiro.

Como vantagens, os agricultores destacam a flexibilidade proporcionada pelo dinheiro para atender parte das necessidades da família, que não se resume ao consumo de alimentos. Afirmam também que a grande demanda de trabalho do fumo dificulta a dedicação a outros cultivos.

Nesse contexto, os rendimentos médios mensais por família são de aproximadamente R\$ 240,00, já incluindo atividades não-agrícolas (assalariamento). Para 73,68% dos entrevistados acrescenta-se o Bolsa Família (cerca de R\$ 64,00 reais por família). Ou seja, um quarto dos rendimentos daí provém. Segundo 73% dos entrevistados, os recursos provenientes do Bolsa Família são utilizados para a aquisição de alimentos, dentre os quais, arroz, massa de milho, e macarrão. Os demais o usam para a compra de roupas, material escolar e remédios, antes adquiridos mais parcamente com a renda proveniente de outras fontes. Influencia na decisão quanto ao uso do recurso a facilidade do acesso aos meios de produção, a serviços e aos recursos de aposentadoria por membros da família. Segundo os entrevistados, a maior utilização desse recurso na alimentação é indicador de uma situação de extrema pobreza, onde as famílias não têm autonomia para, pelo menos, assegurarem uma quantidade suficiente de alimentos em suas mesas.

Quanto ao consumo de frutas, os entrevistados reconhecem que não houve mudanças porque o consumo se limita àquelas que são produzidas nos quintais das residências como goiaba, banana, manga, jaca, caju, dentre outras, sendo as mesmas consumidas sazonalmente. Ao analisar os produtos alimentares mais citados, constata-se que a dieta básica das famílias pesquisadas aparece farta em carboidratos (arroz, massa de milho, macarrão) e frutas e pobre em proteínas (ovos, carne, leite) que são os itens mais caros e nem sempre disponíveis.

Mesmo que reconhecidos como essenciais para a melhoria da disponibilidade de alimentos dos mais pobres, a maior parte dos entrevistados (73%) afirma que os recursos do Bolsa Família não garantem o acesso regular aos alimentos por causa de atrasos no pagamento. Quanto à

qualidade, os entrevistados afirmam não haver mudanças pois continuam comendo os mesmos alimentos. Em se tratando da produção, as culturas alimentares continuam a ser produzidas da mesma forma, enquanto a principal cultura de mercado (fumo) segue sendo produzida sem nenhum tipo de preocupação com a saúde dos agricultores (sem uso de equipamentos de proteção individual para a aplicação de pesticidas) ou ambiental (eliminação da biodiversidade através do monocultivo permanente na maior parte da área).

Nestes termos, consideramos o PFZ naquele contexto como uma política essencialmente emergencial, já que nenhum dos entrevistados está sendo beneficiado por outra política que não seja o Bolsa Família.

Em síntese, nenhuma ação estruturante foi desenvolvida em Lagoa Seca pelo PFZ. Não se registram também iniciativas afetas aos outros aspectos da segurança alimentar discutidos na segunda parte deste artigo. Pelo contrário, os recursos naturais persistem intensivamente utilizados, a vegetação original totalmente alterada e a utilização indiscriminada de pesticidas se verificam no cultivo do fumo. Os entrevistados também não identificam iniciativas visando à melhoria, nem da infra-estrutura dos estabelecimentos nem da recuperação de recursos naturais. Mesmo assim, reconhecem que a economia local foi dinamizada pela maior disponibilidade de recursos com repercussão nas suas mesas.

Por último, constatou-se que 100% dos cartões que dão acesso ao Bolsa Família têm como titulares as mulheres no povoado Lagoa Seca. Muito antes do PFZ, Deere e León (2002) já haviam registrado que famílias, cujas rendas são administradas exclusivamente pelo homem, chefe-da-família, apresentam níveis de qualidade de vida inferiores àquelas que têm participação das mulheres na geração e controle das receitas e despesas domésticas. As mulheres tendem a distribuir de forma igualitária os recursos entre os familiares e a priorizar as necessidades básicas dos filhos. Já os homens possuem uma probabilidade maior de destinar parte da renda familiar em prol de interesses pessoais (relacionamentos extraconjugais, bebidas alcóolicas, jogos, fumo). Soma-se a isso que as exigências ou condicionalidades a serem cumpridas pelas famílias beneficiárias (controle da matrícula e frequência escolar e do cartão de vacinação dos filhos, acompanhamento do pré-natal no caso das grávidas) estão sob o controle das mulheres. Assim, pode-se concluir que o PFZ estimulou iniciativas de

equidade de gênero pela valorização explícita das mulheres na administração de parte da renda familiar.

Como principais conclusões desse estudo de caso pode-se afirmar que:

1- Sob a ótica dos agricultores entrevistados beneficiários, as ações do PFZ se limitam ao Bolsa Família sem conexão com quaisquer outras ações estruturantes ou de educação alimentar. A frequência à escola e o acompanhamento das vacinações não são necessariamente associados ao programa, mas vistos como resultantes da expansão dos serviços de saúde;

2- A produção de alimentos segue da mesma forma sem nenhum tipo de transformação ou melhoria no que se refere ao uso de pesticidas e de conservação do meio ambiente;

3- Aumenta a valorização das mulheres como principais responsáveis pelo uso dos recursos destinados à segurança alimentar;

4- A nossa hipótese foi parcialmente confirmada considerando que houve uma ampliação da aquisição de alimentos, mas sem nenhum tipo de melhoria das condições de produção. Ou seja, sem alteração da qualidade de nenhuma dessas práticas;

5- Mesmo que o PFZ seja um programa de segurança alimentar, para esse grupo não assegurou essa condição, porque se concentrou no fornecimento de uma quantidade de dinheiro sem nenhum tipo de estímulo à mudança de atitude diante do que é desejável e saudável consumir. A fome continuou sendo o objeto de preocupação.

6- Mesmo que as ações tenham se limitado ao aspecto emergencial de combate à fome, os entrevistados reconhecem o PFZ como uma das iniciativas mais importantes no espaço rural nos últimos anos.

REFLEXÕES FINAIS

As principais conclusões da nossa pesquisa em Lagoa Seca coincidem com os resultados de um levantamento realizado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) com 5000 favorecidos do PFZ em todo o Brasil (GOIS, 2008). Em ambos os casos, destacam-se dois aspectos positivos: 1) o aumento do consumo de alimentos e 2) a maior valorização das mulheres que recebem o benefício, tanto pela independência, quanto pelo poder de decisão que conquistaram nas

suas famílias com reflexo nas relações de gênero.

Outras constatações similares são: a falta de orientação quanto à escolha dos alimentos segundo uma noção de segurança alimentar; a inexistência de iniciativas que contribuam para superar a situação de pobreza e diminuir a dependência dos recursos; e a baixa integração dos titulares a outros programas ou serviços.

Da mesma forma que outros entrevistados no Brasil, os de Lagoa Seca percebem e reivindicam as ações estruturantes, quer seja para melhorar as condições objetivas de funcionamento do estabelecimento, quer seja para a qualificação de membros da família com o intuito de trabalhar em outros setores da economia dado o limite físico dos estabelecimentos. Eles compreendem que os recursos advindos do PFZ complementam a renda familiar, mas que não invalidam nenhuma das estratégias usualmente praticadas pelos diferentes membros da família.

É importante frisar, no entanto, o aumento da complexidade do tema da segurança alimentar no espaço rural dada a expansão das áreas dedicadas à produção de biocombustíveis (p.ex., através da cana-de-açúcar). A repercussão deste fato no aumento dos preços dos alimentos consta na pauta de muitos debates recentes tanto pela possível diminuição de áreas destinadas a culturas alimentares, como pela diminuição da diversidade no interior do estabelecimento. O perigo de ampliação da dependência do mercado de alimentos persiste.

Tendo em conta a relação agricultura familiar e segurança alimentar, acreditamos que um dos maiores desafios é como garantir que o acesso aos alimentos continue melhorando. Importante observar a seguinte sugestão destacada recentemente por Abramovay (2008): “Aumentar a produção agropecuária é fundamental, como bem sublinhou o secretário-geral da ONU, mas o mais importante é criar condições para que os que vivem em situação de pobreza absoluta conquistem o direito de produzir a própria alimentação”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (2008). Alimentação e desenvolvimento. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 jun. Opinião. <www.econ.fea.usp.br/abramovay; Acesso 7.6.2008>.

ALMANAQUE. Brasil (1998). ano 24. Ed. Abril. São Paulo, 705p.

- ANDRADE, M. C. O. ; ANDRADE, M. C. (1986) A terra e o homem no Nordeste. 5. Ed. Atlas. São Paulo.
- CINFORM. (2002). História dos municípios. Cinform. Aracaju, 270p.
- DEERE, C. D.; LEON, M. (2002). O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Ed. UFRGS. Porto Alegre.
- DWHH/AAA. (2004). Referencial técnico segurança alimentar: guia de orientações para a promoção e a execução de projetos de segurança alimentar da Ação Agrária Alemã. Trad. H. Schmitz. Ed. Deutsche Welthungerhilfe/Ação Agrária Alemã, Bonn,, 71p.
- FAO. (1999). The state of food insecurity in the world. Rome.
- FAO. (2000). The state of food insecurity in the world. Rome.
- GOIS, A. (2008). Bolsa Família aplaca a fome, mas não acaba com a miséria. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 jun. Brasil, p.5.
- FREI BETTO. (2003). Programa Fome Zero: como participar. Ed. MESA, UNESCO. Brasília, 55p.
- FREI BETTO (org.). (2004). Fome Zero: Textos fundamentais. Ed. Garamond. Rio de Janeiro, 154p.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (2007). A produção da autonomia: os “papéis” do auconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. Estudos Sociais Agrícolas. vol.5, no.1, p.89-122.
- GUZMÁN, E. S. (2005). Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria. Ed. PNUMA/Mundi-Prensa/Universidad de Cordoba. Córdoba, 2005.
- GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; et al. (2001). Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI. Ed. Garamond. Rio de Janeiro, 284p.
- HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. (1985). Agricultural development: an international perspective. Ed. The John Hopkins University Press. Baltimore, 506p.
- HOFFMANN, R. (1995). Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. Estudos Avançados, vol.9, no.24. São Paulo, p.159-172.
- IBGE. (2004). Em 30 anos, importantes mudanças nos hábitos de consumo dos brasileiros. (Comunicação Social, 19 de maio de 2004) <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=171&id_pagina=1. Acesso em 22/01/2007>.
- INSTITUTO DA CIDADANIA. (2001). Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil (versão 3). São Paulo, 118p.
- MALUF, R. S. (s.d.). Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas de segurança alimentar. <<http://polis.org.br/publicações/papers/20006.html>. Acesso em 11/07/2004>.
- MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. (s.d.). Caderno segurança alimentar. <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentação/Conferências.html>. Acesso em 07/07/2004>.

- MALUF, R. S. J. (2007). Segurança alimentar e nutricional. Ed. Vozes. Petrópolis, 174p.
- MINTZ, S.W. (2001). Comida e antropologia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.16, no.47, p. 29-41.
- MONTEIRO, C. A., MONDINI, L.; COSTA, R. B. L. (2000). Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). Revista de Saúde Pública, vol.34, no.3, p.251-258.
- MOTA, D. M.; FONTES, H. R. (2005). Desafios globais, estratégias locais na produção integrada de coco anão no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural, 43, Ribeirão Preto, 2005, Anais. Ed. SOBER. Brasília, p.279-279.
- MOTA D. M. (2005). Trabalho e sociabilidade em espaços rurais. Ed. BNB, Embrapa Tabuleiros Costeiros. Fortaleza, 256p.
- MOTA D. M.; GOMES, J. B. V. (2005). Desenvolvimento territorial no Sudoeste sergipano. In: Mota, D.M.; Schmitz, H.; Vasconcelos, H.E.M. (Orgs.). Agricultura familiar e abordagem sistêmica. Ed. SBSP. Aracaju, p.283-302.
- NEUMANN, Z. A. (2004). O governo não chega aos bolsões da miséria. O Globo, Rio de Janeiro, 5 jan. 2004. (Entrevista concedida a Soraya Aggege).
- RODRIGUES, R. F. A. (2007). Programa Fome Zero: continuidade e mudanças no espaço rural sergipano. Ed. Embrapa Tabuleiros Costeiros, Banese. Aracaju, 137p.
- SANTOS A. F.; ANDRADE, J. A. (1992). Delimitação e regionalização do Brasil Semi-árido. Ed. UFS; CNPq/SUDENE/UFS. Aracaju, 232p.
- SCHMITZ, H. D. (2002). Partnerschaft zwischen Bauern, Forschern, Beratern und ihren Organisationen: Reflexionen über das Landwirtschaftliche Wissenssystem im Bundesstaat Pará / Brasilien. Humboldt-Universität zu Berlin. Berlin. (Tese de doutorado) <<http://dochost.rz.hu-berlin.de/dissertationen/schmitz-heribert-2002-11-19/PDF>>.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. (2007). Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. Revista Agrotropica, vol.19. Itabuna, p.21-30.
- SEN, A. (2000). Desenvolvimento com liberdade. Trad. L.T. Mota; Rev.Téc. R.D. Mendes. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 409p.
- TEPICHT, J. (1973). Marxisme et agriculture: Le paysan polonais. Ed. Armand Colin. Paris, 1973. 251p.
- WANDERLEY, M. de N. B.. (1997). Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TAVARES, E.D., MOTA, D.M.; IVO, W.M.P.M. (Eds.). Encontro de pesquisa sobre a questão agrária no tabuleiros costeiros de Sergipe, 2, 1997, Aracaju-SE. Agricultura familiar em debate - Anais. Ed. Embrapa-CPATC. Aracaju, p.9-40.
- WEISSHEIMER, M. A. (2006). Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 160p.